



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLII — Nº 12

TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 13ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE JUNHO DE 1987

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Fala da Presidência

— Resposta a expediente encaminhado à Mesa pelo Sr. Deputado Adylson Motta, pretendendo incluir, numa mesma sessão, 124 mensagens de decretos-leis para leitura e designação de relatores.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Leitura de Resolução

— Nº 2, de 1987-CN, que dispõe sobre a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito Mista para avaliar os prejuízos da seca no Nordeste.

1.2.4 — Fala da Presidência

— Referente à criação automática da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagens Presidenciais e designação de relatores

— Nº 16, de 1987-CN (nº 54/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.202, de 27 de dezembro de 1984, e dá outras providências. (Relator: Senador Hugo Napoleão.)

— Nº 17, de 1987-CN (nº 55/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.203, de 27 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a equiparação de companhias abertas a empresas nacionais definidas no art. 12 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, nas condições e para os efeitos que estabelece, e dá outras providências. (Relator: Senador João Lobo.)

— Nº 18, de 1987-CN (nº 56/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.204, de 27 de dezembro de 1984, que reajusta os atuais

valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões e dá outras providências. (Relator: Senador José Ignácio Ferreira.)

— Nº 19, de 1987-CN (nº 57/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.205, de 27 de dezembro de 1984, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como os das pensões e dá outras providências. (Relator: Senador Pompeu de Souza.)

— Nº 20, de 1987-CN (nº 58/85, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.206, de 28 de dezembro de 1984, que reajusta o limite de remuneração estabelecido pelo Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982. (Relator: Senador João Agripino.)

1.4 — ENCERRAMENTO.

Ata da 13ª Sessão Conjunta, em 1º de junho de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Odacir Soares

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Odacir

Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora

Cid Sahóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavosier Maia — Marcondes Gadelha — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antônio Farias — Mansueto

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Administrativo

JOSECLER GOMES MOREIRA

Diretor Industrial

LINDOMAR PEREIRA DA SILVA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cz\$ 264,00

Despesa c/ postagem Cz\$ 66,00

(Via Terrestre)

TOTAL 330,00

Exemplar Avulso Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Baceilar — José Ignácio Ferreira — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Márcio Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Mauricio Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Wiedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Francisco Diógenes — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Maria Lúcia — PMDB; Narciso Mendes — PDS; Rubem Branquinho — PMDB.

Amazonas

Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azize — PSB; Carrel Benevides — PMDB; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PDT; Sade Hauache — PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins — PMDB; Assis Canuto — PFL; Expedito Júnior — PMDB; Francisco Sales — PMDB; José Guedes — PMDB; José Viana — PMDB; Raquel Cândido — PFL; Rita Furtado — PFL.

Pará

Aloysio Chaves — PFL; Amílcar Moreira — PMDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Gabriel Guerreiro — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Paulo Roberto — PMDB.

Maranhão

Albérico Filho — PMDB; Antonio Gaspar — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Davi Alves Silva — PDS; Enoc Vieira — PFL; Francisco Coelho — PFL; Haroldo Sabóia —

PMDB; Jayme Santana — PFL; Joaquim Haickel — PMDB; José Carlos Sabóia — PMDB; Onofre Corrêa — PMDB; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Paraná

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; Paes Landim — PFL.

Ceará

Áécio de Borba — PDS; Carlos Benevides — PMDB; César Cals Neto — PDS; Etevaldo Nogueira — PFL; Gidel Dantas — PMDB; José Lins — PFL; Lúcio Alcântara — PFL; Luiz Marques — PFL; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PMDB; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PMDB; Wilma Maia — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; João Agripino — PMDB; Lúcia Braga — PFL.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PMDB; Harlan Gadelha — PMDB; Horácio Ferraz — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; Joaquim Francisco — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Luiz Freire — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Salatiel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Eduardo Bonfim — PC do B; José Thomaz Nonô — PFL; Roberto Torres — PTB; Vinícius Cansanção — PFL.

Sergipe

Acival Gomes — PMDB; Antonio Carlos Franco — PMDB; Bosco França — PMDB; Cleonânio Fonseca — PFL; Djenal Gonçalves — PMDB; João Machado Rollemberg — PFL; José Queiroz — PFL; Messias Góis — PFL.

Bahia

Ângelo Magalhães — PFL; Benito Gama — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; João Alves — PFL; Jonival Lucas — PFL; Jorge Hage — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Luiz Eduardo — PFL; Luiz Viana Neto — PMDB; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Sérgio Brito — PFL; Uldunício Pinto — PMDB.

Espírito Santo

Lezio Sathier — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Rita Camata — PMDB; Rose de Freitas — PMDB; Vasco Alves — PMDB; Vitor Buaziz — PT.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — PL; Amaral Netto — PDS; Anna Maria Rattes — PMDB; Artur da Távola — PMDB; Benedita da Silva — PT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; César Maia — PDT; Dado Coimbra — PMDB; Denisar Azeiro — PMDB; Edmilson Valentim — PC do B; Fábio Raunheiti — PTB; Feres Nader — PDT; Flávio Palmier da Veiga — PMDB; Francisco Dornelles — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; José Carlos Coutinho — PL; Lysâneas Maciel — PDT; Messias Soares — PMDB; Miro Teixeira — PMDB; Noel de Carvalho — PDT; Osmar Leitão — PFL; Roberto Augusto — PTB; Ronaldo Cezar Coelho — PMDB; Sandra Cavalcanti — PFL; Simão Sessim — PFL; Sotero Cunha — PDC; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Aloísio Vasconcelos — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Chico Humberto — PDT; Dáton Canabrava — PMDB; Gil César — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; João Paulo — PT; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Clisses de Oliveira — PMDB; Lael Varella — PFL; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Maurício Campos — PFL; Mauro Campos — PMDB; Mello Reis — PDS; Octávio Elísio — PMDB; Paulo Almada — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Roberto Brant — PMDB; Roberto Vital — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Sílvia Abreu — PMDB; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Guimarães — PT.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — PDT; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Antônio Perosa — PMDB; Antônio Salim Curiati — PDS; Arnaldo Faria de Sá — PTB; Arnold Fioravante — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Eduardo Jorge — PT; Fábio Feldmann — PMDB; Farabulini Júnior — PTB; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Gastone Righi — PTB; Gerson Marcondes — PMDB; Gumercindo Milhomem — PT; Irma Passoni — PT; Jayme Paliarin — PTB; João Rezek — PMDB; Joaquim Bevilacqua — PTB; José Carlos Grecco — PMDB; José Genoíno — PT; José Maria Eymael — PDC; José Serra — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson Seixas — PDT; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Roberto Rollemberg — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Antonio de Jesus — PMDB; Délio Braz — PMDB; Jallies Fontoura — PFL; José Freire — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphali Alves — PMDB; Nion Albemaz — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Pedro Canedo — PFL; Siqueira Campos — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Cameiro — PMDB; Geraldo Campos — PMDB; Jofran Frejat — PFL; Maria de Lourdes Abadia — PFL; Sigmaringa Seixas — PMDB; Valmir Campelo — PFL.

Mato Grosso

Antero de Barros — PMDB; Joaquim Sucena — PMDB; Jonas Pinheiro — PFL; Osvaldo Sobrinho — PMDB; Rodrigues Palma — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Gandi Jamil — PFL; Ivo Cersósimo — PMDB; José Elias — PTB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiróz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Basílio Villani — PMDB; Darcy Deitos — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Matheus Iensen — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Max Rosenmann — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Tadeu França — PMDB; Waldyr Pugliesi — PMDB.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Antoniocarlos Konder Reis — PDS; Arterir Werner — PDS; Cláudio Ávila — PFL; Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Küster — PMDB; Henrique Córdova — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Paulo Macarini — PMDB; Renato Viana — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Victor Fontana — PFL; Wilson Souza — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PDT; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Brito — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinal — PDT; Darcy Pozza — PDS; Erico Pegoraro — PFL; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDT; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Olívio Dutra — PT; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Vicente Bogo — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcellos — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Geovani Borges — PFL.

Roraima

Chagas Duarte — PFL; Mariuce Pinto — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL; Ottomar Pinto — PTB.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 227 Srs. Deputados. Havendo número regimental declarado aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Na sessão conjunta do dia 25 de maio passado, o nobre Deputado Adylson Motta, citando disposições regimentais, encaminhou à Mesa expediente pretendendo incluir, numa mesma sessão, 124 mensagens de decretos-leis para leitura e designação de relatores.

Cabe esclarecer ao nobre deputado sobre a impossibilidade absoluta do atendimento de sua pretensão. Primeiro, porque a disposição do Regimento Comum por ele citada (art. 109), há muito caducou, em virtude do grande número de decretos-leis editados simultaneamente, o que inviabilizou a sua tramitação nos termos regimentais mesmo nas sessões legislativas anteriores, quando ainda não em funcionamento a Assembléia Nacional Constituinte. Segundo, porque o prazo de 60 dias dado ao Congresso Nacional para a apreciação dos decretos-leis começa a correr da data da sessão de leitura da mensagem e, se

forem lidos todos os 124 decretos-leis numa única sessão, teríamos, para não perder o prazo que finalizaria no mesmo dia, que colocar em pauta para discussão e votação um número excessivo de matérias com prejuízo do estudo mais acurado de cada uma delas.

A análise de assuntos da maior importância, tais como o empréstimo compulsório sobre os combustíveis e veículos e o denominado Plano Cruzado II, seria certamente prejudicada.

Cabe, esclarecer, ainda, que temos 62 mensagens referentes a vetos que não podem ser simplesmente ignoradas, devendo também ser lidas, submetidas a relator e apreciadas pelo Congresso Nacional.

Note-se, também, que as atenções, no momento, estão voltadas, prioritariamente, para a Constituição e a apreciação simultânea de todas essas matérias sobrecarregaria mais ainda os trabalhos dos parlamentares já assoberbados pelas atividades nas comissões da Assembléia Nacional Constituinte que, como todos sabemos, deve ter prioridade absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste Plenário, destinada à apreciação das Mensagens nº 11, 12, 13, 14 e 15, de 1987-CN, referentes aos Decretos-Leis nº 197 a 2.201, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Na sessão conjunta realizada às dezenove horas do dia 25 de maio último, o nobre Deputado César Cals Neto encaminhou à Mesa documento no qual solicitava a criação de CPI para avaliar os prejuízos da seca no Nordeste, que vai ser lido pelo Senhor 1º-Secretário.

É lido o seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987 (CN)

Dispõe sobre a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito Mista para avaliar os prejuízos da seca no Nordeste.

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a investigar os prejuízos causados pela seca, no Nordeste, no ano de 1987.

A referida Comissão deverá ser integrada por 11 (onze) senhores senadores e 11 (onze) senhores deputados, tendo o prazo de 210 (duzentos e dez) dias para a realização de seus trabalhos.

Justificação

A seca, na região Nordeste, é um fenômeno cíclico e que traz prejuízos graves para a população nordestina. Lamentavelmente, ainda não se preparou, o polígono das secas, com uma infraestrutura adequada de convivência com as referidas intempéries climáticas.

Mais uma vez, em 1987, acontece a seca no Nordeste, desta feita, agravada pelo aprofundamento da crise econômica e política, em curso no País. Pretende-se, com este trabalho, procurar avaliar os enormes prejuízos que estão sendo

acarretados à comunidade nordestina, elaborando proposições que venham a minimizar as referidas perdas, a curto prazo, e que resolvam em definitivo, através de medidas estruturais, a forma de convivência, sem prejuízos, com o fenômeno da seca.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1987.

DEPUTADOS: César Cals Neto — Vieira da Silva — Cardoso Alves — Luiz Gushiken — Farabullini Júnior — João da Mata — Ruberval Pilotto — Osvaldo Bender — Telmo Kirst — Wilma Maia — Darcy Pozza — Mello Reis — Antonio Carlos Konder Reis — Amaral Netto — Cunha Bueno — Delfim Netto — Francisco Diógenes — Narciso Mendes — Antonio Salim Curiati — Adylson Motta — Virgílio Galassi — Felipe Mendes — Amaldo Martins — José Viana — Antônio de Jesus — Ivo Lech — Fernando Gomes — Adhemar de Barros Filho — Samir Achôa — Roberto Rollemberg — Érico Pegoraro — Alcení Guerra — Átilla Lira — Eraldo Trindade — Mário Assad — Rospide Netto — Dionísio Dai-Prá — Abigail Feitosa — Lidice da Mata — Eduardo Jorge — Antônio Persona — Fernando Santana — Jorge Arbage — Manoel Ribeiro — Antero de Barros — Luiz Viana Neto — Jorge Viana — José Lourenço — Geraldo Campos — Evaldo Gonçalves — Aluizio Campos — Assis Canuto — Humberto Souto — Costa Ferreira — Messias Góis — Edivaldo Motta — José Genóino — Raimundo Bezerra — Gidel Dantas — Pimenta da Veiga — José Maurício — Bocayuva Cunha — Octávio Elísio — Leir Lomanto — Aécio de Borba — Moema São Thiago — Adolfo Oliveira — Oscar Corrêa Júnior — Victor Faccioni — Gabriel Guerreiro — Benedicto Monteiro — José Camargo — Michel Temer — Francisco Carneiro — Agripino Lima — José Queiroz — Cássio Cunha Lima — Roberto Freire — Domingos Leonelli — Ronaldo Cezar Coelho — Nelson Friedrich — Miro Teixeira — Gastone Righi — Luiz Salomão — Otomar Pinto — Mendes Botelho — Márcio Braga — Daso Coimbra — Bezerra de Melo — Cid Carvalho — Roberto D'Ávila — Augusto Carvalho — Edmilson Valentim — Basílio Villani — Fausto Fernandes — Cleonânio Fonseca — José Serra — Jorge Uequed — Raquel Cândido — João de Deus — Artenir Werner — Vivaldo Barbosa — Nelson Seixas — Luiz Marques — João Agripino — Jofran Frejat — Florestan Fernandes — Os mundo Rebouças — Ziza Valadares — Joaquim Bevilacqua — Jalles Fontoura — Vasco Alves — Jesus Tajra — Sólón Borges dos Reis — Antônio Câmara — Haroldo Sabóia — Alysson Paulinelli — Paulo Zarzur — Hélio Costa — Eduardo Bonfim — Jonas Pinheiro — Haroldo Lima — Gerson Peres — Stélio Dias — Bernardo Cabral — José Tavares — Oswaldo Almeida — Sandra Cavalcanti — Del Bosco Amaral — Alécio Dias — Paulo Ramos — Davi Alves — Robson Marinho — Aldo Arantes — Marluce Pinto — Rita Camata — Nilson Gibson — Luiz Roberto Ponte — Roberto Jefferson — Nelson Aguiar — Inocêncio Oliveira — Vitor Buaziz — Célio de Castro — Hélio Duque — Waldeck Ornelas — João Alves — Ubiratan Aguiar — Ronaldo Corrêa — Ricardo Izar — Raul Ferraz — Ubiratan Spinelli — Annibal Barcellos — Eduardo Moreira — Pedro Caneado — Álvaro Antônio — Miriam Portela — Lezio Sathier — Hilário Braun — Ismael Wanderley — Paulo Macarini — José Jorge — Maluly Neto — Levy

Dias — Edme Tavares — Arnaury Müller — Fernando Gasparian — Osvaldo Sobrinho — José Luiz Maia — Bonifácio de Andrada — Artur da Távola — Fernando Cunha — Sotero Cunha — Paulo Marques — Antonio Gaspar — Acival Gomes — Vinícius Cansação — Saulo Queiroz — Luiz Eduardo — Francisco Benhamim — Osvaldo Coelho — Moisés Pimentel — Ruy Nedei — Júlio Campos — Rodrigues Palma — Tadeu França — Gilson Machado.

SENADORES: Lavoisier Maia — Ruy Bacelar — Mário Maia — Maurício Corrêa — Ronaldo Aragão — Meira Filho — Mário Covas — José Fogaça — Jamil Haddad — João Machado Rollemberg — Nelson Carneiro — Francisco Rollemberg — Teotônio Vilela Filho — Itamar Franco — Virgílio Távora — Fernando Henrique Cardoso — Ronan Tito — Dirceu Carneiro — Cid Sabóia de Carvalho — Chagas Rodrigues — Mauro Borges — Nabor Júnior — Lourenberg Nunes Rocha — Nelson Wedekin — Gerson Camata — Hugo Napoleão — Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — O documento lido contém subscritores em número suficiente para constituir, desde logo, Resolução do Congresso Nacional, nos termos do art. 21 do Regimento Comum.

Será publicado para que produza os devidos efeitos.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito, assim constituída, a Presidência fará, oportunamente, as designações, de acordo com as indicações que receber das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à leitura das Mensagens Presidenciais nºs 16, 17, 18, 19 e 20, de 1987-CN, que será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte.

MENSAGEM Nº 16, de 1987 — CN

(nº 054/85, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Trabalho, o texto do Decreto-Lei nº 2.202, de 27 de dezembro de 1984, publicado no **Diário Oficial da União** do dia subsequente, que "altera o Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências".

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

EM/GM/Nº 011

Em 7 de agosto de 1984.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Tenho a honra de submeter à elevada conside-

ração de Vossa Excelência o anexo projeto de alteração do Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, de forma a instituir a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização do Trabalho, a ser paga aos servidores integrantes da categoria funcional de Fiscal do Trabalho.

Essa gratificação será de até 40% (quarenta por cento) e calculada sobre o valor do vencimento da maior referência da correspondente categoria funcional, segundo critérios que forem estabelecidos pelo Poder Executivo (artigo 1º e quadro anexo).

A proposta se justifica pois os Fiscais do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, exercem a polícia administrativa do trabalho, com o fim de velar pela fiel aplicação das normas de proteção ao trabalho, essenciais à manutenção da paz e da justiça social. Identifica-se nessa atuação específica a notória especialização que o mister fiscalizador requer, exigindo do profissional maior grau de responsabilidade e alta probidade.

A concessão da vantagem em referência, objetiva estimular tão relevante atividade, assim como, com esse propósito, restabelece-se a percepção do adicional anteriormente auferido, decorrente da graduação universitária exigida para o ingresso e desempenho do cargo.

Ainda quanto à proposição, cuida o artigo 2º de estabelecer que os integrantes da categoria estão sujeitos ao limite previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de dezembro de 1982, e o artigo 6º prevê expressamente a revogação do § 4º do art. 3º da Lei nº 6.686, de 13 de abril de 1982, por incompatível com a proposta em causa.

Por último, no tocante ao aspecto financeiro, informamos que a despesa resultante da aplicação do benefício correrá à conta das dotações orçamentárias próprias.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do nosso mais profundo respeito. — **Murillo Macedo**.

DECRETO-LEI Nº 2.202,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1984

Altera o Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, na forma do anexo a este Decreto-lei.

Art. 2º O total percebido pelos Fiscais do Trabalho, a título de vencimento, representação mensal, Gratificação de Produtividade, Gratificação de Nível Superior e Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho, não poderá ultrapassar o limite fixado no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.

Art. 3º Os servidores de que trata o artigo anterior fazem jus à Gratificação de Nível Superior.

Art. 4º Somente se concederá a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho, aos servidores no efetivo exercício dos respectivos cargos, empregos ou funções.

§ 1º Considerar-se-ão como de efetivo exercício para os fins deste artigo, exclusivamente, os afastamentos em virtudes de:

- a) férias;
- b) casamento;
- c) luto;
- d) licenças para tratamento de saúde, à gestante ou decorrência de acidente em serviço;
- e) licença especial;
- f) deslocamento em objeto de serviço;
- g) indicação para ministrar aulas ou receber treinamento ou aperfeiçoamento, desde que observadas as normas legais e regulamentares pertinentes; e
- h) requisição para Órgãos integrantes da Presidência da República.

Art. 5º A Gratificação a que alude este Decre-

to-lei, sobre a qual incidirá o desconto previdenciário, será incorporada aos proventos do funcionário que a tenha percebido na data da aposentadoria.

Parágrafo único. O valor a ser incorporado será o correspondente à média dos percentuais atribuídos ao funcionário, nos doze meses imediatamente anteriores à inativação.

Art. 6º Aos funcionários já aposentados a incorporação da Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho, far-se-á na razão da metade do percentual máximo atribuído à categoria funcional em que ocorreu a aposentadoria.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei correrão à conta das dotações constantes do Orçamento do Ministério do Trabalho.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o parágrafo 4º do artigo 3º da Lei nº 6.986, de 13 de abril de 1982.

Brasília, DF, 27 de dezembro de 1984; 163º da Independência e 96º da República — **João Figueiredo — Delfim Netto.**

A N E X O

(Art. 19 do Decreto-lei nº 2.202, de 27 de dezembro de 1984)

"A N E X O II"

(Art. 69, item II, Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1984)

DENOMINAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES E INDENIZAÇÕES	DEFINIÇÃO	BASES DE CONCESSÃO
GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO (NS-900 OU LT-NS-900)	Gratificação devida aos servidores incluídos na categoria funcional de Fiscal do Trabalho	Até 40% (quarenta por cento) calculados sobre o valor do vencimento da referência da correspondente categoria funcional, segundo critério estabelecido em ato do Poder Executivo.

LEGISLAÇÃO CITADA

{ Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974

Dispõe sobre a implantação gradualista do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei número 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências

ANEXO II

(Artigo 69, item III, do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974)

DENOMINAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES E INDENIZAÇÕES	DEFINIÇÃO	BASES DE CONCESSÃO E VALORES
.....		
X - DIÁRIAS	Indenização destinada a atender às despesas extraordinárias de alimentação e pousada, durante o período de deslocamento eventual do funcionário da respectiva sede, em objeto de serviço.	Fixadas de acordo com as normas estabelecidas em Regulamento, não podendo ser superior, no caso do pessoal das Campanhas de Saúde Pública, a 1/30 (um trinta avos) do valor de vencimento mensal percebido pelo funcionário.
.....		
XII - TRANSPORTES	Indenização devida ao funcionário que se deslocar da sede em objeto de serviço, compreendendo passagens e, no caso de deslocamento definitivo, bagagem, passagem de dependentes e de serviço.	Fixado em Regulamento.

LEI Nº 6.986, DE 13 DE ABRIL DE 1982

Altera a denominação da categoria funcional de Inspetor do Trabalho, dispõe sobre o pagamento de Gratificação de Produtividade nos casos que menciona, eleva as multas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Art. 3º A Gratificação de Produtividade, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, será paga aos servidores integrantes da categoria funcional de Fiscal do Trabalho, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, código NS-933 ou LT-NS-933, observadas as disposições desta lei.

§ 4º A Gratificação de Produtividade não poderá ser paga cumulativamente com a Gratificação de Atividade.

DECRETO-LEI Nº 1.971
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1982

Estabelece limite de remuneração mensal para os servidores, empregados e dirigentes da administração pública direta e autárquica da União e das respectivas entidades estatais, bem como para os do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, itens II e III, da Constituição, decreta:

Art. 1º A nenhum servidor, empregado ou dirigente da administração pública direta e autárquica da União e das respectivas entidades estatais, bem como do Distrito Federal e dos Territórios, será paga, no País, remuneração mensal superior à importância fixada, a título de subsídio e representação, para o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Designo o relator da mensagem lida o nobre Sr. Senador Hugo Napoleão, que deverá concluir seu parecer pela apresentação de projeto de decreto legislativo, aprovando ou rejeitando o texto do decreto-lei.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura da Mensagem Presidencial nº 17, de 1987-CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM **Nº 17, de 1987-CN** (nº 055/85, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro

de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários, o texto do Decreto-Lei nº 2.203, de 27 de dezembro de 1984, publicado no **Diário Oficial da União** do dia subsequente, que "dispõe sobre a equiparação de companhias abertas a empresas nacionais definidas no artigo 12, da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, nas condições e para os efeitos que estabelece, e dá outras providências".

Brasília, em 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

Brasília-DF, 27 de dezembro de 1984.
Exposição de Motivos nº 007/84

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

A Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, faculta a concessão de incentivos a empresas nacionais, assim conceituadas na forma do artigo 12 da citada Lei nº 7.232, de 1984.

Todavia, ao estabelecer a Lei as condições relativas ao requisito de controle de capital, a serem observadas pelas companhias abertas, o § 1º do art. 12 determina que as ações com direito a voto ou a dividendos fixos ou mínimos (portanto, com direito potencial de voto) devem corresponder, no mínimo a 2/3 (dois terços) do capital social, e pertencer às pessoas com as qualificações que especifica. Essa percentagem, sobre criar dificuldades de grande monta à abertura do capital das empresas, exclui do conceito de empresa nacional toda e qualquer companhia aberta, já em funcionamento regular, que eventualmente tenha, por exemplo, uma única ação ordinária ou ação preferencial em direito de voto ou a dividendos fixos ou mínimos, sob a titularidade de pessoa que não preencha as características previstas no art. 12.

Para habilitar as companhias abertas aos mencionados incentivos e às demais medidas previstos na aludida Lei, excluídas do conceito de empresa nacional, o anexo projeto de decreto-lei, em seu art. 1º, observa rigorosamente as premissas da lei e mantém, para as companhias abertas, os mesmos percentuais de 70% (setenta por cento) do capital social e de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias e de 2/3 (dois terços) das ações preferenciais com direito a voto ou a dividendos fixos ou mínimos, reservados à titularidade, das pessoas físicas e jurídicas que preenchem os requisitos previstos em lei.

Corolário natural desse tratamento é a regra estatuída no § 1º, do art. 1º, no sentido de que as ações compreendidas nas percentagens mencionadas devam guardar a forma nominativa, podendo ser escriturais ou representadas por certificados.

No § 2º ainda como mecanismo de verificação de cumprimento das condições e requisitos estabelecidos em lei, exige-se que a alienação do controle das empresas nacionais no setor de informática seja previamente autorizada pela SEI e, quando for o caso, pela Comissão de Valores Mobiliários — CVM, no interesse da proteção das minorias acionárias.

Devo ressaltar que o princípio básico para a conceituação de empresa nacional, como previsto no **caput** do artigo 12 da referida lei, repousa em que o controle da sociedade, em seus aspectos decisório, tecnológico e de capital, esteja sob a titularidade permanente, exclusiva e incondicio-

nal, de forma direta ou indireta, de pessoas físicas residentes e domiciliadas no País.

A Lei nº 7.232, de 1984, permita-me dizer, Senhor Presidente, é instrumento de decisivo e fundamental apoio à consolidação da indústria nacional de informática, garantindo-lhes mecanismos de proteção e estímulos ao seu fortalecimento. Essa consolidação, por óbvio, pressupõe empresas fortes, capazes de buscar, no mercado de capitais, os recursos de poupança privada necessária ao desenvolvimento dos negócios sociais.

O artigo 2º tem por finalidade permitir que Ministros de Estado e outras autoridades, não incluídas na composição originária do Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, possam participar das reuniões do órgão, por designação do Presidente da República, sempre que a matéria sob apreciação do colegiado recomende essa audiência qualificada.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto-lei que, caso mereça o aprova de Vossa Excelência, consubstancia as medidas que se fizerem necessárias ao atendimento de anseios das companhias abertas a que se refere a presente exposição de motivos.

O referido projeto de decreto-lei se justifica por tratar de matéria financeira, de relevante interesse público, cuja solução deve ser dada com urgência.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — **Danilo Venturini**.

DECRETO-LEI Nº 2.203,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1984

Dispõe sobre a equiparação de companhias abertas a empresas nacionais definidas no artigo 12 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, nas condições e para os efeitos que estabelece, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Para o efeito de habilitação aos incentivos fiscais e financeiros e demais medidas, previstos na Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, equiparam-se a empresas nacionais as sociedades anônimas abertas, que atendam os requisitos do **caput** e dos itens I e II do art. 12 da referida lei e que, em relação ao requisito de controle de capital, tenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das ações ordinárias e igual percentagem das ações preferenciais com direito a voto ou a dividendos fixos ou mínimos e 70% (setenta por cento) do capital social, sob a titularidade de:

I) pessoas naturais, residentes e domiciliadas no País;

II) pessoas jurídicas de direito privado, constituídas e com sede de foro no País, que preencham os requisitos definidos neste artigo, para seu enquadramento como empresa nacional;

III) pessoas jurídicas de direito público interno;

IV) fundações constituídas, com sede e foro no País, instituídas e administradas pelas pessoas referidas nas alíneas anteriores.

§ 1º As ações correspondentes ao limite mínimo de 70% (setenta por cento) do capital social, inclusive as compreendidas nas percentagens de

2/3 (dois terços) das ações ordinárias e de 2/3 (dois terços) das ações preferenciais com direito de voto ou a dividendos fixos ou mínimos, guardarão a forma nominativa, podendo ser escriturais ou representadas por certificados.

§ 2º A alienação do controle das empresas nacionais do setor de informática, inclusive das companhias abertas equiparadas, está sujeita a prévia autorização da Secretaria Especial de Informática — SEI, sem prejuízo, quando for o caso, da competência da Comissão de Valores Mobiliários — CVM, no interesse de assegurar tratamento equitativo aos acionistas minoritários de companhias abertas.

Art. 2º O Presidente da República poderá designar membros eventuais, conforme a matéria a ser apreciada, para o Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor no dia 29 de dezembro de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1984; 163º da Independência e 96º da República. — **JOÃO FIGUEIREDO** — Danilo Venturini.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.232, DE 29 DE OUTUBRO DE 1984

Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.

Art. 12. Para os efeitos desta lei, empresas nacionais são as pessoas jurídicas constituídas e com sede no País, cujo controle esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade, direta ou indireta, de pessoas físicas residentes e domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno, entendendo-se controle por:

I — controle decisório — o exercício, de direito e de fato, do poder de eleger administradores da sociedade e de dirigir o funcionamento dos órgãos da empresa;

II — controle tecnológico — o exercício, de direito e de fato, do poder para desenvolver, gerar, adquirir e transferir e variar de tecnologia de produto e de processo de produção;

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Designo relator da mensagem lida o nobre Sr. Senador João, que deverá concluir seu parecer pela apresentação de projeto de decreto legislativo, aprovando ou rejeitando o texto do decreto-lei.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura da Mensagem Presidencial nº 18, de 1987-CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM

(nº 056/85, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do parágrafo 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência República e Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, o texto do Decreto-Lei nº 2.204, de 27 de dezembro de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União do dia subsequente, que "reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências".

Brasília, em 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

E.M. Nº 196

Em 18 de dezembro de 1984.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que reajusta os valores de vencimentos, salários, proventos e pensões fixados pelo Decreto-Lei nº 2.130, de 25 de junho de 1984.

2. O projeto foi elaborado de acordo com a orientação de Vossa Excelência, resultando na concessão do reajuste de 75% (setenta e cinco por cento), com vigência a partir de 1º de janeiro de 1985.

3. A representação devida aos ocupantes de cargo de natureza especial e outros enumerados no anexo I do Decreto-Lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981, foi elevada em 20 (vinte) pontos percentuais para que fosse restabelecido o equilíbrio vigente na época de sua instituição ocorrida pelo Decreto-Lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, ocasião em que Ministro de Estado e Ministro do Supremo Tribunal Federal eram contemplados com idêntico percentual.

4. Com suporte no princípio de isonomia o projeto assegura a continuação do pagamento da Gratificação de Nível Superior aos demais servidores investidos em cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-DAS ou em cargo de natureza especial, em decorrência da titularidade de cargo efetivo ou de emprego permanente, tal como sucede com os integrantes dos Grupos de Tributação, Arrecadação e Fiscalização e de Serviços Jurídicos, bem como pelos membros do Ministério Público, consoante os Decretos-Leis nºs 2.074, de 20 de dezembro de 1983, e 2.117, de 7 de maio de 1984. A medida alcança, também, os funcionários amparados pelo art. 2º da Lei nº 6.732, de 4 de dezembro de 1979, porquanto, se optarem por seus vencimentos acrescidos dos "quintos", farão jus à gratificação por força de seu cargo efetivo. Em caso contrário, no exercício de cargo ou função de confiança, continuarão a perceber a vantagem em decorrência da aplicação deste decreto-lei.

5. A proposição a que se refere o item anterior inclui entre os beneficiários os aposentados com fundamento no art. 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, desde que, se em atividade, preenchessem as condições exigidas para a concessão da vantagem.

6. O valor atual do salário-família do pessoal estatutário foi reajustado em termos absolutos (Cr\$ 8.300,00), bem próximo ao do servidor público regido pela CLT (Cr\$ 8.328,00).

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os nossos protestos do mais elevado respeito. — **Antônio Delfim Netto**, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República — **José Carlos Soares Freire**, Diretor-Geral do DASP.

DECRETO-LEI Nº 2.204
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1984

Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, resultantes da aplicação do Decreto-Lei nº 2.130, de 25 de junho de 1984, são reajustados em 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 2º Os cargos referidos no Anexo I do Decreto-Lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981, terão a atual representação mensal acrescida de 20 (vinte) pontos percentuais.

Art. 3º O servidor da administração federal direta e das autarquias federais, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-DAS 100 ou em cargo de natureza especial, continuará percebendo a Gratificação de Nível Superior a que se refere o artigo 7º do Decreto-Lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao funcionário aposentado com fundamento no artigo 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e alterações posteriores, desde que fizesse jus à referida gratificação na atividade.

Art. 4º Fica elevado para Cr\$ 8.300 (oito mil e trezentos cruzeiros) o valor do salário-família.

Art. 5º O Departamento Administrativo do Serviço Público elaborará as tabelas com os valores reajustados na forma deste Decreto-lei.

Art. 6º A despesa decorrente da execução deste Decreto-lei correrá à conta das dotações do Orçamento-Geral da União para o exercício de 1985.

Art. 7º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1984, 163º da Independência e 96º da República. — **JOÃO FIGUEIREDO** — **Antônio Delfim Netto**.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Secretaria de Pessoal Civil

REAJUSTE DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS E PENSÕES
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1984

CLASSIFICAÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR POSTERIOR	PERCENTUAL	VALOR ANTERIOR	VALOR POSTERIOR	PERCENTUAL
GRUPO-DAS 100	1.500,00	2.625,00	75%	1.500,00	2.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	2.000,00	3.500,00	75%	2.000,00	3.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	2.500,00	4.375,00	75%	2.500,00	4.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	3.000,00	5.250,00	75%	3.000,00	5.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	3.500,00	6.125,00	75%	3.500,00	6.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	4.000,00	7.000,00	75%	4.000,00	7.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	4.500,00	7.875,00	75%	4.500,00	7.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	5.000,00	8.750,00	75%	5.000,00	8.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	5.500,00	9.625,00	75%	5.500,00	9.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	6.000,00	10.500,00	75%	6.000,00	10.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	6.500,00	11.375,00	75%	6.500,00	11.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	7.000,00	12.250,00	75%	7.000,00	12.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	7.500,00	13.125,00	75%	7.500,00	13.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	8.000,00	14.000,00	75%	8.000,00	14.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	8.500,00	14.875,00	75%	8.500,00	14.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	9.000,00	15.750,00	75%	9.000,00	15.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	9.500,00	16.625,00	75%	9.500,00	16.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	10.000,00	17.500,00	75%	10.000,00	17.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	10.500,00	18.375,00	75%	10.500,00	18.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	11.000,00	19.250,00	75%	11.000,00	19.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	11.500,00	20.125,00	75%	11.500,00	20.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	12.000,00	21.000,00	75%	12.000,00	21.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	12.500,00	21.875,00	75%	12.500,00	21.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	13.000,00	22.750,00	75%	13.000,00	22.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	13.500,00	23.625,00	75%	13.500,00	23.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	14.000,00	24.500,00	75%	14.000,00	24.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	14.500,00	25.375,00	75%	14.500,00	25.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	15.000,00	26.250,00	75%	15.000,00	26.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	15.500,00	27.125,00	75%	15.500,00	27.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	16.000,00	28.000,00	75%	16.000,00	28.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	16.500,00	28.875,00	75%	16.500,00	28.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	17.000,00	29.750,00	75%	17.000,00	29.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	17.500,00	30.625,00	75%	17.500,00	30.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	18.000,00	31.500,00	75%	18.000,00	31.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	18.500,00	32.375,00	75%	18.500,00	32.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	19.000,00	33.250,00	75%	19.000,00	33.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	19.500,00	34.125,00	75%	19.500,00	34.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	20.000,00	35.000,00	75%	20.000,00	35.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	20.500,00	35.875,00	75%	20.500,00	35.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	21.000,00	36.750,00	75%	21.000,00	36.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	21.500,00	37.625,00	75%	21.500,00	37.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	22.000,00	38.500,00	75%	22.000,00	38.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	22.500,00	39.375,00	75%	22.500,00	39.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	23.000,00	40.250,00	75%	23.000,00	40.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	23.500,00	41.125,00	75%	23.500,00	41.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	24.000,00	42.000,00	75%	24.000,00	42.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	24.500,00	42.875,00	75%	24.500,00	42.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	25.000,00	43.750,00	75%	25.000,00	43.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	25.500,00	44.625,00	75%	25.500,00	44.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	26.000,00	45.500,00	75%	26.000,00	45.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	26.500,00	46.375,00	75%	26.500,00	46.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	27.000,00	47.250,00	75%	27.000,00	47.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	27.500,00	48.125,00	75%	27.500,00	48.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	28.000,00	49.000,00	75%	28.000,00	49.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	28.500,00	49.875,00	75%	28.500,00	49.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	29.000,00	50.750,00	75%	29.000,00	50.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	29.500,00	51.625,00	75%	29.500,00	51.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	30.000,00	52.500,00	75%	30.000,00	52.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	30.500,00	53.375,00	75%	30.500,00	53.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	31.000,00	54.250,00	75%	31.000,00	54.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	31.500,00	55.125,00	75%	31.500,00	55.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	32.000,00	56.000,00	75%	32.000,00	56.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	32.500,00	56.875,00	75%	32.500,00	56.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	33.000,00	57.750,00	75%	33.000,00	57.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	33.500,00	58.625,00	75%	33.500,00	58.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	34.000,00	59.500,00	75%	34.000,00	59.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	34.500,00	60.375,00	75%	34.500,00	60.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	35.000,00	61.250,00	75%	35.000,00	61.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	35.500,00	62.125,00	75%	35.500,00	62.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	36.000,00	63.000,00	75%	36.000,00	63.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	36.500,00	63.875,00	75%	36.500,00	63.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	37.000,00	64.750,00	75%	37.000,00	64.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	37.500,00	65.625,00	75%	37.500,00	65.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	38.000,00	66.500,00	75%	38.000,00	66.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	38.500,00	67.375,00	75%	38.500,00	67.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	39.000,00	68.250,00	75%	39.000,00	68.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	39.500,00	69.125,00	75%	39.500,00	69.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	40.000,00	70.000,00	75%	40.000,00	70.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	40.500,00	70.875,00	75%	40.500,00	70.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	41.000,00	71.750,00	75%	41.000,00	71.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	41.500,00	72.625,00	75%	41.500,00	72.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	42.000,00	73.500,00	75%	42.000,00	73.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	42.500,00	74.375,00	75%	42.500,00	74.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	43.000,00	75.250,00	75%	43.000,00	75.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	43.500,00	76.125,00	75%	43.500,00	76.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	44.000,00	77.000,00	75%	44.000,00	77.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	44.500,00	77.875,00	75%	44.500,00	77.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	45.000,00	78.750,00	75%	45.000,00	78.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	45.500,00	79.625,00	75%	45.500,00	79.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	46.000,00	80.500,00	75%	46.000,00	80.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	46.500,00	81.375,00	75%	46.500,00	81.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	47.000,00	82.250,00	75%	47.000,00	82.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	47.500,00	83.125,00	75%	47.500,00	83.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	48.000,00	84.000,00	75%	48.000,00	84.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	48.500,00	84.875,00	75%	48.500,00	84.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	49.000,00	85.750,00	75%	49.000,00	85.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	49.500,00	86.625,00	75%	49.500,00	86.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	50.000,00	87.500,00	75%	50.000,00	87.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	50.500,00	88.375,00	75%	50.500,00	88.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	51.000,00	89.250,00	75%	51.000,00	89.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	51.500,00	90.125,00	75%	51.500,00	90.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	52.000,00	91.000,00	75%	52.000,00	91.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	52.500,00	91.875,00	75%	52.500,00	91.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	53.000,00	92.750,00	75%	53.000,00	92.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	53.500,00	93.625,00	75%	53.500,00	93.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	54.000,00	94.500,00	75%	54.000,00	94.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	54.500,00	95.375,00	75%	54.500,00	95.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	55.000,00	96.250,00	75%	55.000,00	96.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	55.500,00	97.125,00	75%	55.500,00	97.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	56.000,00	98.000,00	75%	56.000,00	98.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	56.500,00	98.875,00	75%	56.500,00	98.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	57.000,00	99.750,00	75%	57.000,00	99.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	57.500,00	100.625,00	75%	57.500,00	100.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	58.000,00	101.500,00	75%	58.000,00	101.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	58.500,00	102.375,00	75%	58.500,00	102.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	59.000,00	103.250,00	75%	59.000,00	103.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	59.500,00	104.125,00	75%	59.500,00	104.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	60.000,00	105.000,00	75%	60.000,00	105.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	60.500,00	105.875,00	75%	60.500,00	105.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	61.000,00	106.750,00	75%	61.000,00	106.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	61.500,00	107.625,00	75%	61.500,00	107.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	62.000,00	108.500,00	75%	62.000,00	108.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	62.500,00	109.375,00	75%	62.500,00	109.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	63.000,00	110.250,00	75%	63.000,00	110.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	63.500,00	111.125,00	75%	63.500,00	111.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	64.000,00	112.000,00	75%	64.000,00	112.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	64.500,00	112.875,00	75%	64.500,00	112.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	65.000,00	113.750,00	75%	65.000,00	113.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	65.500,00	114.625,00	75%	65.500,00	114.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	66.000,00	115.500,00	75%	66.000,00	115.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	66.500,00	116.375,00	75%	66.500,00	116.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	67.000,00	117.250,00	75%	67.000,00	117.250,00	75%
GRUPO-DAS 100	67.500,00	118.125,00	75%	67.500,00	118.125,00	75%
GRUPO-DAS 100	68.000,00	119.000,00	75%	68.000,00	119.000,00	75%
GRUPO-DAS 100	68.500,00	119.875,00	75%	68.500,00	119.875,00	75%
GRUPO-DAS 100	69.000,00	120.750,00	75%	69.000,00	120.750,00	75%
GRUPO-DAS 100	69.500,00	121.625,00	75%	69.500,00	121.625,00	75%
GRUPO-DAS 100	70.000,00	122.500,00	75%	70.000,00	122.500,00	75%
GRUPO-DAS 100	70.500,00	123.375,00	75%	70.500,00	123.375,00	75%
GRUPO-DAS 100	71.000,00	124.250,00	75%	71.000,00	124.250,00	

a) com as vantagens da comissão ou função gratificada em cujo exercício se achar, desde que o exercício abranja, sem interrupção, os cinco anos anteriores.

b) com idênticas vantagens, desde que o exercício do cargo em comissão ou da função gratificada tenha compreendido um período de dez anos, consecutivos ou não, mesmo que, ao aposentar-se, o funcionário já esteja fora daquele exercício.

Nota: Atentar na observação anterior.

§ 1º No caso da letra b deste artigo, quando mais de um cargo ou função tenha sido exercido, serão atribuídas as vantagens do maior padrão, desde que lhe corresponda um exercício mínimo de dois anos; fora dessa hipótese, atribuir-se-ão as vantagens do cargo ou função de remuneração imediatamente inferior.

§ 2º A aplicação do regime estabelecido neste artigo exclui as vantagens instituídas no art 184, salvo o direito de opção.

DECRETO-LEI Nº 1.820,
DE 11 DE DEZEMBRO DE 1980

Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como das pensões, e dá outras providências.

Art. 7º A Gratificação de Atividade instituída pelo artigo 10 do Decreto-Lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, passa a denominar-se Gratificação de Nível Superior, mantidas as características, definição, beneficiários e base de concessão estabelecido em lei.

DECRETO-LEI Nº 1.902,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981

Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 2.130,
DE 25 DE JUNHO DE 1984

Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências.

ANEXO

(Art. 1º, parágrafo único do Decreto-Lei nº 2.130, de 25 de junho de 1984).

ANEXO I

(ART. 19 DO DECRETO-LEI Nº 1.902, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981)

DENOMINAÇÃO DO CARGO	VENCIMENTO MENSAL - CRI		REPRESENTAÇÃO MENSAL	GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR
	A PARTIR DE 01/01/82	A PARTIR DE 01/05/82		
a) Cargos de Natureza Especial				
Ministro do Estado	209.102	292.742	80%	-
Consultor-Geral da República	209.102	292.742	80%	-
Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público	209.102	292.742	80%	-
Governador de Território Federal	171.082	239.514	55%	-
Secretário de Governo de Território Federal	137.016	192.942	45%	-
b) Ministério Público da União				
Ministério Público Federal				
Procurador-Geral da República	209.102	292.742	80%	-
Subprocurador-Geral da República	190.094	266.131	60%	-
Procurador da República de 1ª Categoria	176.525	239.514	-	20%
Procurador da República de 2ª Categoria	104.073	145.702	-	20%
c) Ministério Público Militar				
Procurador-Geral da Justiça Militar	190.094	266.131	60%	-
Subprocurador-Geral	170.705	168.987	35%	-
Procurador de 1ª Categoria	104.073	145.702	-	20%
Procurador de 2ª Categoria	89.814	125.739	-	20%
Advogado de Ofício	65.097	91.135	-	20%
d) Ministério Público do Trabalho				
Procurador-Geral da Justiça do Trabalho	190.094	266.131	60%	-
Subprocurador-Geral	170.705	168.987	35%	-
Procurador do Trabalho de 1ª Categoria	104.073	145.702	-	20%
Procurador do Trabalho de 2ª Categoria	89.814	125.739	-	20%
e) Ministério Público do Distrito Federal e das Territórios				
Procurador-Geral	161.578	226.209	35%	-
Subprocurador	114.053	158.674	30%	-
Curador	104.073	145.702	-	20%
Promotor Público	95.046	133.064	-	20%
Promotor Substituto	75.062	105.114	-	20%
Defensor Público	65.097	91.135	-	20%
f) Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União				
Procurador-Geral	190.094	266.131	60%	-
Subprocurador-Geral	170.705	168.987	35%	-
g) Tribunal Militar				
Juiz-Presidente	176.310	239.514	40%	-
Juiz	176.310	239.514	-	20%

Obs.: O vencimento do cargo de Juiz do Tribunal Militar é acrescido de 20% (vinte por cento), correspondente à gratificação de nível superior. Aos demais casos em que figurar a gratificação de nível superior, observar-se-á o disposto no art. 19, § 3º, do Decreto-Lei nº 1.709, de 11/10/79.

CARGOS E EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO	
REFERÊNCIA	VENCIMENTO OU SALÁRIO (C.R. 1,00)
	A PARTIR DE 01/01/84
NM-1	100.000
NM-2	104.200
NM-3	108.400
NM-4	112.600
NM-5	116.800
NM-6	121.000
NM-7	125.200
NM-8	129.400
NM-9	133.600
NM-10	137.800
NM-11	142.000
NM-12	146.200
NM-13	150.400
NM-14	154.600
NM-15	158.800
NM-16	163.000
NM-17	167.200
NM-18	171.400
NM-19	175.600
NM-20	179.800
NM-21	184.000
NM-22	188.200
NM-23	192.400
NM-24	196.600
NM-25	200.800
NM-26	205.000
NM-27	209.200
NM-28	213.400
NM-29	217.600
NM-30	221.800
NM-31	226.000
NM-32	230.200
NM-33	234.400
NM-34	238.600
NM-35	242.800

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Designo relator da mensagem lida o nobre Sr. Senador José Ignácio Ferreira, que deverá concluir seu parecer pela apresentação de projeto de decreto legislativo, aprovando ou rejeitando o texto do decreto-lei.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura da Mensagem Presidencial nº 19, de 1987-CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 19, de 1987 — CN

(nº 57/85, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do parágrafo 1º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, o texto do Decreto-Lei nº 2.205, de 27 de dezembro de 1984, publicado no *Diário Oficial da União* do dia subsequente, que "reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como os das pensões e dá outras providências".

Brasília, 23 de Janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

E.M. nº 198

Em 18 de dezembro de 1984.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-Lei, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como os das pen-

sões, fixados pelo Decreto-Lei nº 2.172, de 19 de novembro de 1984.

O projeto foi elaborado de acordo com a disponibilidade orçamentária, resultando na concessão do percentual de 75% (setenta e cinco por cento), adequando-se os valores fixados no Decreto-Lei nº 2.172, de 1984, à nova revisão geral de vencimentos, salários, proventos e pensões do Poder Executivo.

Elevou-se, também, o valor do salário-família para Cr\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos cruzeiros).

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado respeito.

— **José Carlos Soares, Freire**, Diretor-Geral.

DECRETO-LEI Nº 2.205,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1984

Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura

Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como os das pensões e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da competência que lhe confere o art. 55, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 144, § 4º, da Constituição, e nos arts. 61 a 63 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, decreta:

Art. 1º Os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, resultantes da aplicação do Decreto-Lei nº 2.172, de 19 de novembro de 1984, bem assim

os das pensões, serão reajustados de acordo com os valores constantes do anexo a este decreto-lei, sobre os quais incidirão os percentuais de representação nele estabelecidos.

Art. 2º Fica elevado para Cr\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos cruzeiros) o valor do salário-família.

Art. 3º A despesa decorrente deste decreto-lei correrá à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o exercício de 1985.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1984, 163º da Independência e 96º da República. — **JOÃO FIGUEIREDO**.

A N E X O

(Art. 1º do Decreto-lei nº 2.205, de 27 de dezembro de 1984)

ÓRGÃOS / CARGOS	a partir de 01.01.85 (Cr\$)	Representação
I - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		
Ministro do Supremo Tribunal Federal	3.528.234	100
II - JUSTIÇA FEDERAL		
Ministro do Tribunal Federal de Recursos	3.175.410	80
Juiz Federal	2.822.587	70
III - JUSTIÇA MILITAR		
Ministro do Superior Tribunal Militar	3.175.410	80
Auditor Corregedor	2.822.587	75
Auditor Militar	2.822.587	70
Auditor Substituto	2.469.762	60
IV - JUSTIÇA DO TRABALHO		
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho	3.175.410	80
Juiz de Tribunal Regional do Trabalho	2.998.999	75
Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento	2.822.587	70
Juiz do Trabalho Substituto	2.469.762	60
V - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS		
Desembargador	2.998.999	75
Juiz de Direito	2.822.587	70
Juiz Substituto	2.469.762	60
VI - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO		
Ministro do Tribunal de Contas da União	3.175.410	80
Auditor do Tribunal de Contas da União	2.998.999	75

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Designo relator da mensagem lida o nobre Sr. Senador Pompeu de Souza, que deverá concluir seu parecer pela apresentação de projeto de decreto legislativo, aprovando ou rejeitando o texto do decreto-lei.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura da Mensagem Presidencial nº 20, de 1987-CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM

Nº 20, de 1987 — CN

(nº 58/85, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o texto do Decreto-Lei nº 2.206, de 28 de dezembro de 1984, publicado no *Diário Oficial* da União do dia 2 de janeiro de 1985, que "reajusta o limite de remuneração estabelecido pelo Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982".

Brasília, 23 de janeiro de 1985. — **João Figueiredo**.

E.M. nº 1.213 — A/84

Em 21 de dezembro de 1984.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Ao editar o Decreto-Lei nº 1.978, de 24 de julho de 1980, objetivou o Governo de Vossa Excelência corrigir sensíveis distorções existentes no âmbito das entidades estatais, com vistas à uniformização da política de pessoal e ao restabelecimento da hierarquia salarial no universo da administração pública.

Para alcançar esse objetivo, estabeleceu como limite de remuneração, no âmbito da Administração Federal Direta e Indireta, fundações supervisionadas e entidades sob o controle direto ou indireto da União, a importância percebida, a título de subsídio e representação, pelo Presidente da República.

Esse limite foi mantido pela legislação subsequente, estando fixado atualmente pelo Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.

Decorridos quatro anos da implantação da política então adotada, pode-se afirmar que os objetivos por ela visados foram alcançados, permitindo ao Governo a adoção de nova medida, tendente a reajustar o limite a que se refere o precitado Decreto-lei, com a finalidade de adequá-lo aos preceitos da legislação salarial em vigor.

Com tal propósito, submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Decreto-lei em anexo, que reajusta em 30% (trinta por cento) o limite da remuneração mensal estabelecido pelo Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, e cujos efeitos alcançam, inclusive, o ano de 1984, para que seja proporcionada igualdade de tratamento a todos os servidores durante o ano do calendário.

Ao mesmo tempo mantém o novo decreto-lei, em grande parte, os preceitos constantes da atual legislação, especialmente as atribuições do Conselho Nacional de Política Salarial-CNPS, cuja competência é preservada nessa área.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — **Antonio Delfim Netto**, Ministro.

DECRETO-LEI Nº 2.206, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1984.

Reajusta o limite de remuneração estabelecido pelo Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica reajustado em 30% (trinta por cento) o limite de remuneração mensal estabelecido pelo Decreto-Lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à remuneração relativa ao ano de 1984.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1984; 163º da Independência, e 96º da República. — **JOÃO FIGUEIREDO** — **Antonio Delfim Netto**.

LEGISLAÇÃO CITADA

1.971, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1982

Estabelece limite de remuneração para os servidores públicos, empregados do Departamento de Administração Pública Direta e Indireta da União e das respectivas entidades estatais, bem como para os do Distrito Federal e dos Territórios, e de outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 55, item III e III da Constituição,

DECRETA

Art. 1º A todos os servidores, empregados ou dirigidos da Administração Pública Direta e Indireta da União e das respectivas entidades estatais, bem como do Distrito Federal e dos Territórios, será pago, no mês, remuneração mensal superior à importância fixada, a título de subsídio e representação, pelo Presidente da República.

§ 1º Consideram-se entidades estatais, para os fins deste Decreto-lei:

a) as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as controladas e subsidiárias, as autarquias em regime especial e as fundações sob supervisão ministerial;

b) as empresas não compreendidas no alínea anterior, sob controle, direto ou indireto, do Estado.

§ 2º Nos casos de acumulação adicional no art. 95 da Constituição, o limite estabelecido neste artigo será observado em relação a cada cargo, emprego ou função.

§ 3º Exclusão-se do limite de que trata este artigo a validade-função, as férias por serviço fora do país, o afastamento em razão do número de anos, a gratificação de 25% (lei nº 4.098/62), a gratificação equivalente paga a dirigentes não empregados, e adicional por tempo de serviço, a subsídio pago pela participação no lucro de deliberação coletiva, e adicional de 20% (sete por cento) mencionado no art. 2º, § 3º do art. 2º e no art. 7º.

§ 4º O servidor, empregado ou dirigente que, satisfazendo as condições para aposentadoria voluntária, continuar com atividade fora do âmbito do setor de remuneração mensal estabelecido neste artigo, poderá a percepção de quaisquer benefícios, vantagens ou parcelas próprias da instituição.

Art. 2º Para os fins deste Decreto-lei, em adição ao subsídio mensal o equivalente a 1/12 (um dodecimo) da remuneração mensal global, apurada no final do ano de calendário, qualquer que seja a forma de designação, inclui-se a participação nos lucros, calculada em parcelas mensais no § 3º do art. 1º.

Art. 3º O servidor ou empregado, entidade ou designado para cargo de direção ou chefia, poderá optar por receber, a título de honorários, a maior remuneração ou vantagem paga a empregado dessa mesma entidade, acrescida de 20% (vinte por cento) da remuneração do cargo para o qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.

Art. 4º O servidor ou empregado da entidade de que trata o alínea b do § 1º do art. 1º, eleito, nomeado ou designado para cargo de direção ou chefia, referida na mesma alínea, poderá optar por receber, a título de honorários, importância equivalente:

I — à remuneração e vantagens de seu cargo ou emprego na entidade de origem ou

II — à maior remuneração e vantagem pagas a empregado da entidade para o qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.

§ 1º O dirigente que opte, ao deixar o cargo, pela primeira opção, terá que a mesma entidade correspondente a 20% (vinte por cento) da remuneração do cargo para o qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.

§ 2º Ocorrendo a extinção prevista nesta alínea, a gratificação substituirá o valor da remuneração do servidor ou empregado extinto, acrescida dos respectivos encargos sociais.

Art. 5º Os servidores ou empregados da entidade de origem eleito para cargo de direção das empresas referidas no alínea b do § 1º do art. 1º, quando indicados pela União, ou suas entidades estatais, aplicar-se-á o disposto no art. 1º ao 1º, conforme for o caso.

Art. 6º O período no qual o servidor ou empregado exercer cargo de direção será considerado, para todos os efeitos do direito, como de efetivo exercício no cargo ou emprego de que se trata.

Art. 7º O dirigente da entidade estatal, não empregado, receberá, a título de honorários, importância inferior à maior remuneração ou vantagem paga a empregado de sua entidade, com o encargo de cargo de direção, acrescida de 20% (vinte por cento) dos honorários fixados para este cargo.

Art. 8º Aplicam-se as disposições precedentes aos servidores ou empregados da Administração Federal Direta e Indireta, eleitos, nomeados ou designados para cargo de direção de entidade de que trata o alínea b do § 1º do art. 1º, bem como os eleitos, por indicação da União, para cargo de direção de empresa de que trata o alínea b do § 1º do mesmo artigo.

Art. 9º As entidades estatais não poderão pagar a seus servidores ou empregados, em cada ano de calendário, mais do que (quatro) salários, não compreendendo a gratificação de Natal (lei nº 4.098/62), devendo ser consideradas para efeito desse limite as quotas de participação nos lucros, as gratificações anuais ou eventuais, bem como quaisquer outras vantagens que venham sendo pagas com habitualidade e que não estejam excluídas o disposto no § 3º do art. 1º.

Art. 10 Corresponde ao Conselho Nacional de Política Salarial, após a aprovação dos planos de pessoal, fixar os limites máximos das remunerações, bem como dos planos de benefícios e vantagens de pessoal de cada órgão ou entidade e sua supervisão, inclusive as vantagens pecuniárias (lei nº 4.098, de 24 de dezembro de 1962, e 4.355, de 15 de dezembro de 1974, cuja redação da remuneração de pessoal não caberá interpretação no sentido de que a lei nº 4.355, de 15 de dezembro de 1974, legislação complementar).

§ 1º Após a aprovação, pelo Conselho Nacional de Política Salarial, dos planos de pessoal e salários das entidades estatais, continuam inalterados os planos vigentes em 25 de julho de 1980 respeitadas o limite de remuneração fixado no art. 10, no qual serão considerados os estatutos.

§ 2º Fica extinta a integração do plano de entidade transferida para o novo plano de que haja concordância de empregadora, sem prejuízo salarial retroativo e sua situação no plano anterior.

§ 3º As entidades estatais que, após 25 de julho de 1980 tiveram seus planos aprovados pelo CNPS, submeterão àquele Conselho proposta de revisão desses planos na parte em que devam ser adaptados às disposições deste Decreto-lei.

Art. 11 A Secretaria de Planejamento da Presidência da República fará a avaliação dos planos de salários e vantagens praticados, bem como dos encargos tributários referentes a benefícios concedidos pelas entidades federais de serviço público e estatutários pelas respectivas patronatores, com sua supervisão, no termo da lei nº 4.355, de 15 de julho de 1974.

Art. 12 Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, a partir de 24 de julho de 1980, e 27 de agosto de 1981, e 13 de setembro de 1981, 1.988, de 28 de dezembro de 1981, 1.982, de 13 de fevereiro de 1982 e demais disposições legais, regulamentos e estatutos em contrário, inclusive os estatutos de

leis especiais pertinentes à participação nos lucros reservadas, quanto a esta última, o direito dos integrantes dos planos de cargos e salários que, nos termos do § 1º do art. 10, constam das instituições.

Brasília, 30 de novembro de 1987, 1019 da Independência e 141 da República.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Designo relator da mensagem lida o nobre Sr. Sena-

dor José Agripino, que deverá concluir seu parecer pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o texto do decreto-lei

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — O prazo a que se refere o § 1º do art. 55 da Constituição se encerrará em 31 de agosto vindouro.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Nada mais havendo que tratar declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 17 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$	264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$	66,00
(Via Terrestre)		
TOTAL		330,00
Exemplar Avulso		2,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$	264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$	66,00
(Via Terrestre)		
TOTAL		330,00
Exemplar Avulso		2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PS - CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 93

Está circulando o nº 93 (janeiro/março de 1987) da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 344 páginas, contém as seguintes matérias:

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Instalação — Ministro José Carlos Moreira Alves

COLABORAÇÃO

A Constituição brasileira de 1934 e seus reflexos na atualidade — Pinto Ferreira

Excessos da instabilidade constitucional — Cláudio Pacheco

Bicameralismo ou unicameralismo? — Alair Barbosa
Origem, conceito, tipos de Constituição, Poder Constituinte e história das Constituições brasileiras — Carlos Roberto Ramos

Liberdades públicas — Geraldo Ataliba

O partido político na Constituição — Ronaldo Poletti

O Ministério Público na Constituição — proposta de enquadramento — José Dilermando Meireles

Apontamentos sobre imunidades tributárias à luz da jurisprudência do STF — Ruy Carlos de Barros Monteiro

A concepção cristã da propriedade e sua função social — A. Machado Paupério

A Justiça Agrária na Constituinte de 87 — Otávio Mendonça

Justiça Agrária: proposta à Assembléia Nacional Constituinte — Wellington dos Mendes Lopes

A natureza especial da Justiça do Trabalho e sua origem democrática — Júlio César do Prado Leite

A proteção jurídica das comunidades indígenas do Brasil — Antônio Sebastião de Lima

O controle dos contratos administrativos. Questões constitucionais — José Eduardo Sabo Paes

Do regime jurídico dos encargos moratórios no sistema financeiro após a reforma monetária — Arnoldo Wald

Regulamentação do Estudo de Impacto Ambiental — Paulo Affonso Leme Machado

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
(Telefone: 211-3578)
Senado Federal, anexo I
22º andar
Praça dos Três Poderes
70160 — Brasília — DF

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 40,00

Assinatura
para 1987:
Cz\$ 160,00
(números 93 a 96)

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência da ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cz\$ 2,00